



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE JALES

Aos 25 dias do mês de outubro de 2016, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA**, Vice-Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na unidade, conforme Edital CR nº 08/2016, divulgado em 06/09/2016 no DEJT (Edição 2059/2016 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 84). Presente a MMa. Juíza Titular Sandra Maria Zironi. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:

Airton Sérgio Guastali e Ayrton Rocha

Jurisdição Atendida:

APARECIDA D'OESTE, SANTA ALBERTINA, RUBINEIA, POPULINA, PONTALINDA, PARANAPUA, PALMEIRA D'OESTE, NOVA CANAA PAULISTA, MESOPOLIS, MARINOPOLIS, URANIA, TURMALINA, TRES FRONTEIRAS, SAO FRANCISCO, SANTANA DA PONTE PENSA, SANTA SALETE, SANTA RITA D'OESTE, SANTA FE DO SUL, SANTA CLARA D'OESTE, VITORIA BRASIL, ASPASIA, AURIFLAMA, DIRCE REIS, JALES, DOLCINOPOLIS

Lei de Criação:

8.432/92

Data de Instalação:

15/04/1993

Data de Instalação do PJE:

14/08/2013



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
SANDRA MARIA ZIRONDI	09/10/2015

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
04/01/2016 a 04/01/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
05/01/2016 a 05/01/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
07/01/2016 a 05/02/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
11/02/2016 a 12/02/2016	RECESSO -	SEM SUBSTITUTO
15/02/2016 a 15/02/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
19/02/2016 a 19/03/2016	LICENCA P/TRATAMENTO	SEM SUBSTITUTO
20/06/2016 a 21/06/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
22/06/2016 a 23/06/2016	PLANTAO JUDICIARIO	SEM SUBSTITUTO
27/06/2016 a 30/06/2016	PLANTAO JUDICIARIO	SEM SUBSTITUTO
23/07/2016 a 23/07/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
24/07/2016 a 24/07/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
06/08/2016 a 06/08/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
07/08/2016 a 07/08/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
17/08/2016 a 15/09/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ANA PAULA SILVA CAMPOS MISKULIN	03/11/2014

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
16/09/2015 a 15/10/2015	FERIAS	SEM SUBSTITUTO



2 - JUIZES AUXILIARES [01/10/2015 a 17/10/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
CHRISTOPHE GOMES DE OLIVEIRA	10/02/2016 a 10/02/2016
CHRISTOPHE GOMES DE OLIVEIRA	16/02/2016 a 18/02/2016
CHRISTOPHE GOMES DE OLIVEIRA	16/09/2016 a 18/09/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
MOUZART LUIS SILVA BRENES	24/06/2016 a 26/06/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
VIRGILIO DE PAULA BASSANELLI	06/02/2016 a 09/02/2016

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [30/09/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
DECIO APARECIDO PIRES	AJA	FC-04 CALCULISTA	05/06/1998
DIRCEU DA SILVA BORGES	TJA	FC-02 ASSISTENTE	08/09/1994
FRANCISCO CLISMAICLEITON DA COSTA	REQ	-	16/10/2012
HARLEY GONCALVES DA SILVA MENDES	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	09/10/2015
JULIANA DE AGUIAR	REQ	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	27/10/2012
MARIA LUIZA BARBIZANI DA SILVA	AJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	15/04/1993
NEIO LUCIO BATISTA RIGHETTO	AJ-OJA	-	16/05/2005
NORTON LUIZ BECHTLUFFT	AJJ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	07/01/2016
RODOLFO JOSE ANDRELLO	TJA	-	19/03/2012
SERGIO DE MATOS DEO	AJ-OJA	-	01/12/1994
SERGIO LUIS COSTA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	07/06/1994
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			9
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			2
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT			11-12 + 3 OJ



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [10/2015 a 09/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM CONCURSO	1
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	2
FALTA INJUSTIFICADA	3
LICENÇA CASAMENTO	8
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	73
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	4
PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIA NA SEDE DO TRT DA 15ª REGIÃO	1
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	12
VIAGEM A SERVIÇO	1
TOTAL	105



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [30/09/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
ANA PAULA COELHO DOURADO FIGUEIREDO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/08/2015
LARISSA FERNANDA ARTILHA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/03/2015
LILIAN CONCEICAO TRINDADE	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/04/2016



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [10/2015 a 09/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
CHRISTOPHE GOMES DE OLIVEIRA	30
SANDRA MARIA ZIRONDI	8

SERVIDORES	HORAS
DECIO APARECIDO PIRES	16
FRANCISCO CLISMAICLEITON DA COSTA	47
JULIANA DE AGUIAR	77
NORTON LUIZ BECHTLUFFT	15
RODOLFO JOSE ANDRELLO	47



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [10/2015 a 09/2016]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência ou enc. da instrução	986	792
	Aguardando prolação de sentença	210	112
	Aguardando cumprimento de acordo	199	247
	Solucionados pendentes de finalização na fase	698	807
	Subtotal	1.883	1.845
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	164	211
	Liquidados pendentes de finalização na fase	42	102
	Subtotal	206	313
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	474	630
	Encerrados pendentes de finalização na fase	9	46
	Subtotal	490	678
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório	0	0
	Liquidação		
	Saldo de processos no arquivo provisório	0	24
Execução			
TOTAL		2.579	2.837



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [10/2015 a 09/2016]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	91	169	11
Exceções de Incompetência	27	50	1
Antecipações de Tutela	377	390	0
Impugnações à Sentença de Liquidação	14	9	7
Embargos à Execução	23	27	15
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	1	1	0
Exceções de Pré-Executividade	5	11	3
TOTAIS	538	657	37



6 - RECURSOS [10/2015 a 09/2016]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	334	351	32
Recurso Adesivo	23	26	4
Agravo de petição	18	21	0
Agravo de Instrumento	7	15	3
TOTAIS	382	413	39



7 - PRAZOS MÉDIOS [10/2015 a 09/2016]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP.
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	404	144	132
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.113	304	241
Total / Média	1.517	261	213

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	366	140	140
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	984	310	253
Total / Média	1.350	264	223

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	139	37	33
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	473	60	43
Total / Média	612	54	41

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP.
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	90	121	156
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	219	159	171
Total / Média	309	148	168

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP.
Do início ao encerramento da execução - ente privado	1.179	2.525	2.204
Do início ao encerramento da execução - ente público	55	1.915	806
Total / Média	1.234	2.498	2.055

*Do início até a extinção da execução

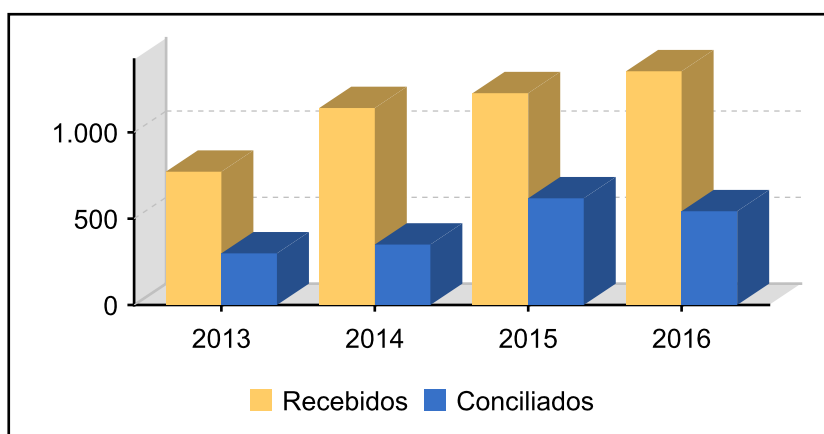


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

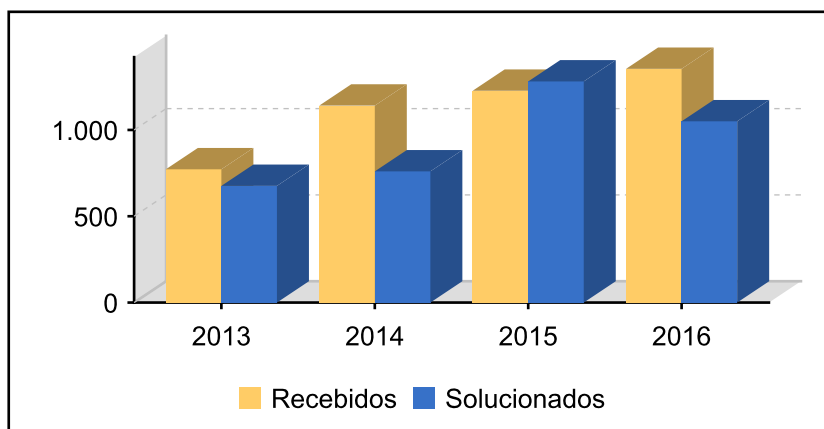
8.1 - Índice de conciliações [até 09/2016]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2013	772	299	38,73
2014	1.141	350	30,67
2015	1.227	618	50,37
2016	1.354	543	40,10



8.2 - Índice de soluções [até 09/2016]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2013	772	676	87,56
2014	1.141	760	66,61
2015	1.227	1.281	104,40
2016	1.354	1.050	77,55



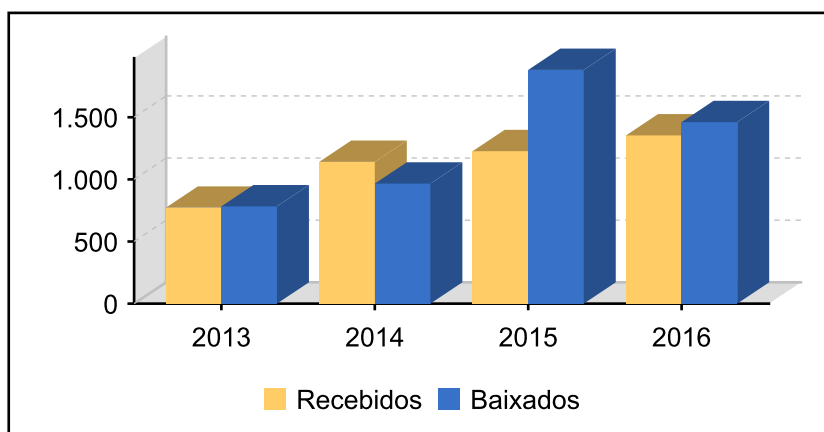


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

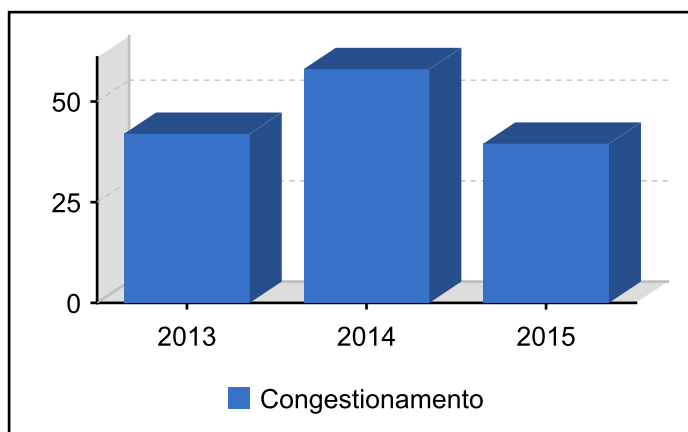
8.3 - Índice de baixas [até 09/2016]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2013	772	783	101,42
2014	1.141	966	84,66
2015	1.227	1.881	153,30
2016	1.354	1.461	107,90



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2013	393	772	676	41,97
2014	670	1.141	760	58,03
2015	891	1.227	1.281	39,52

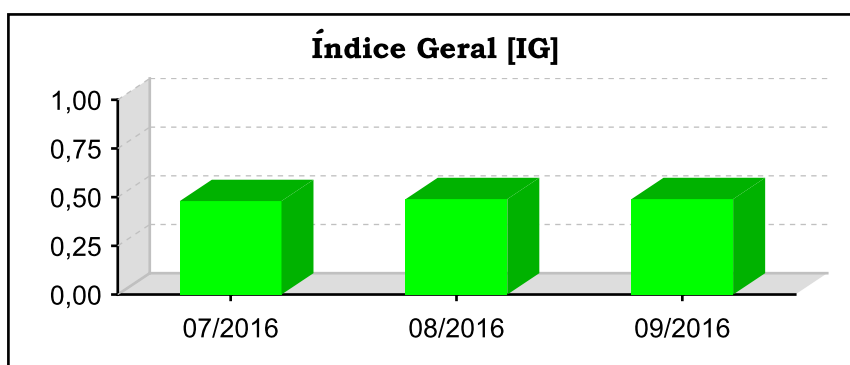
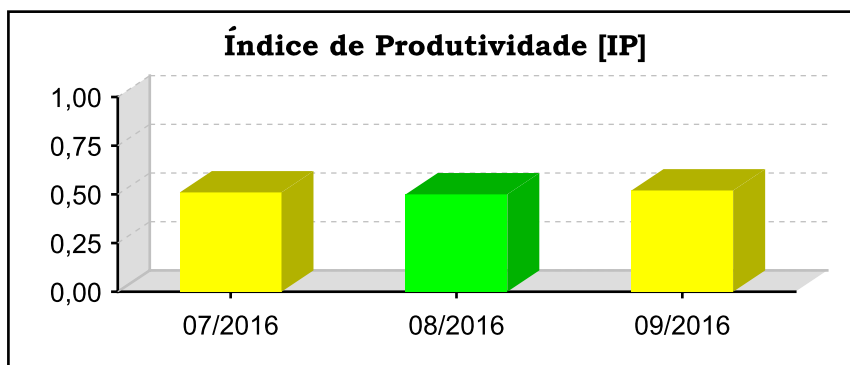
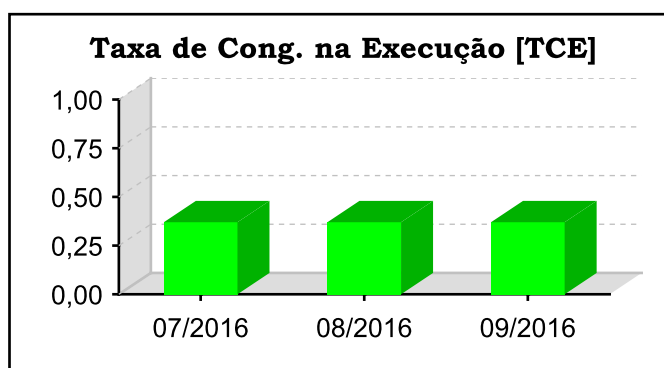
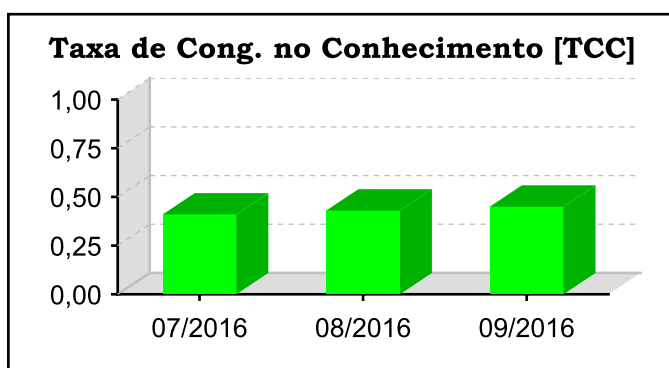




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
07/2016	0,41	0,37	0,51	0,48
08/2016	0,43	0,37	0,50	0,49
09/2016	0,45	0,37	0,52	0,49





10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS [10/2015 a 09/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	718	59,8	57,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	474	39,5	38,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.192	99,3	95,6
Processos solucionados - sem exame de mérito	168	14,0	13,5
Incidentes Processuais Resolvidos	657	54,8	52,7
Dias-Juiz	374	31,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	12.749	48,3	43,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	12.451	47,2	42,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	25.200	95,5	86,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	4.102	15,5	14,1
Incidentes Processuais Resolvidos	8.812	33,4	30,2
Dias-Juiz	8.747	33,1	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	128.124	69,8	45,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	132.532	72,2	47,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	260.656	142,0	93,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.352	26,9	17,6
Incidentes Processuais Resolvidos	91.074	49,6	32,5
Dias-Juiz	84.050	45,8	---

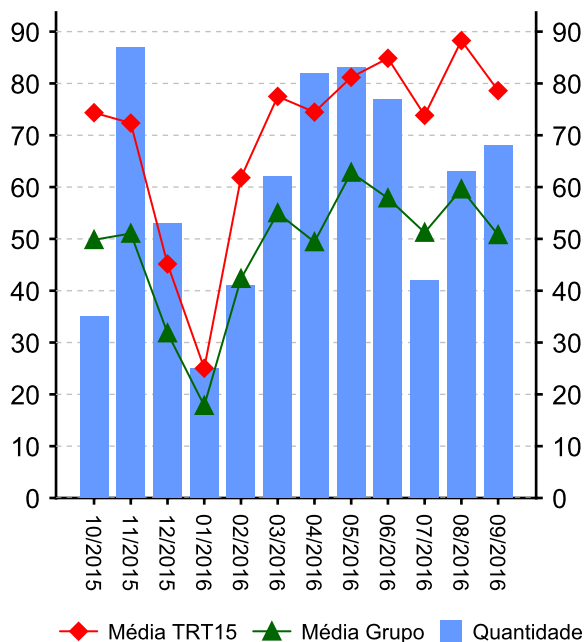
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS [10/2015 a 09/2016]:

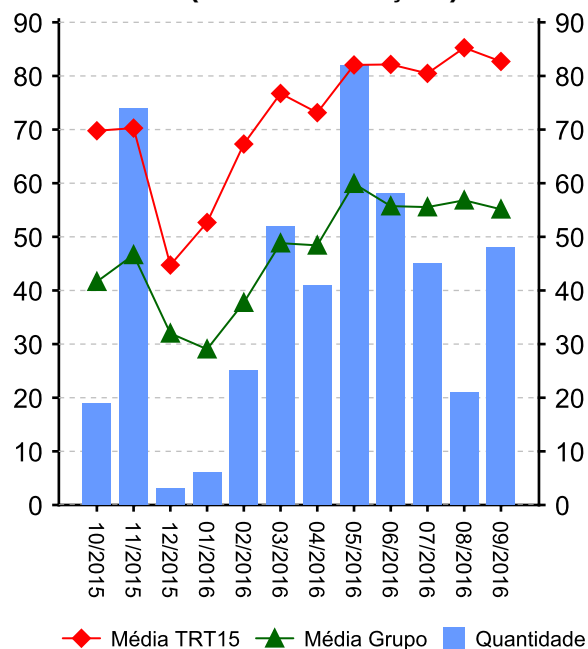
(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos

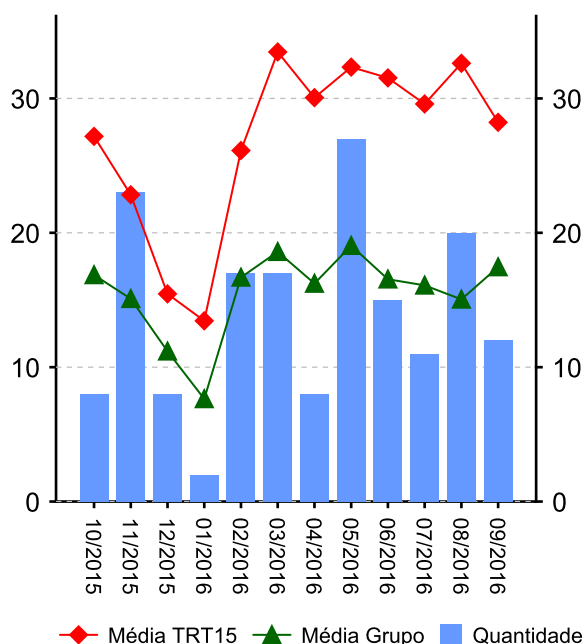
Processos Solucionados - com exame de mérito (conciliações)



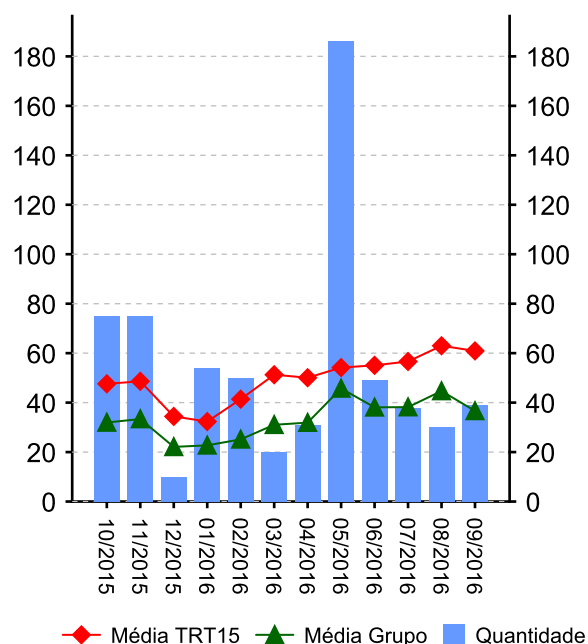
Processos Solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações)



Processos Solucionados - sem exame de mérito



Incidentes Processuais Resolvidos





10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS [10/2015 a 09/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Audiências - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	707	58,9	56,7
Sessões de audiência realizadas - instrução	506	42,2	40,6
Sessões de audiência realizadas - una	653	54,4	52,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	220	18,3	17,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	108	9,0	8,7
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.159	96,6	93,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	328	27,3	26,3
Dias-Juiz	374	31,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	9.742	45,1	33,4
Sessões de audiência realizadas - instrução	7.338	27,8	25,2
Sessões de audiência realizadas - una	16.499	62,5	56,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	3.205	12,1	11,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	3.154	11,9	10,8
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	23.837	90,3	81,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	6.359	24,1	21,8
Dias-Juiz	8.747	33,1	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	127.741	75,0	45,6
Sessões de audiência realizadas - instrução	88.514	48,2	31,6
Sessões de audiência realizadas - una	157.087	86,1	56,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	27.350	14,9	9,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	30.305	16,5	10,8
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	245.601	133,8	87,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	57.655	31,4	20,6
Dias-Juiz	84.050	45,8	---

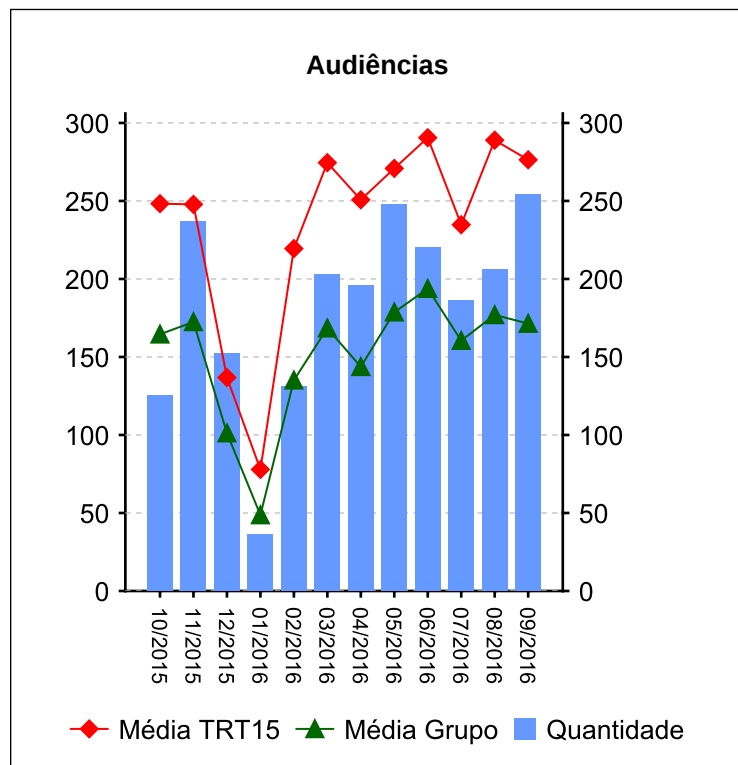
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



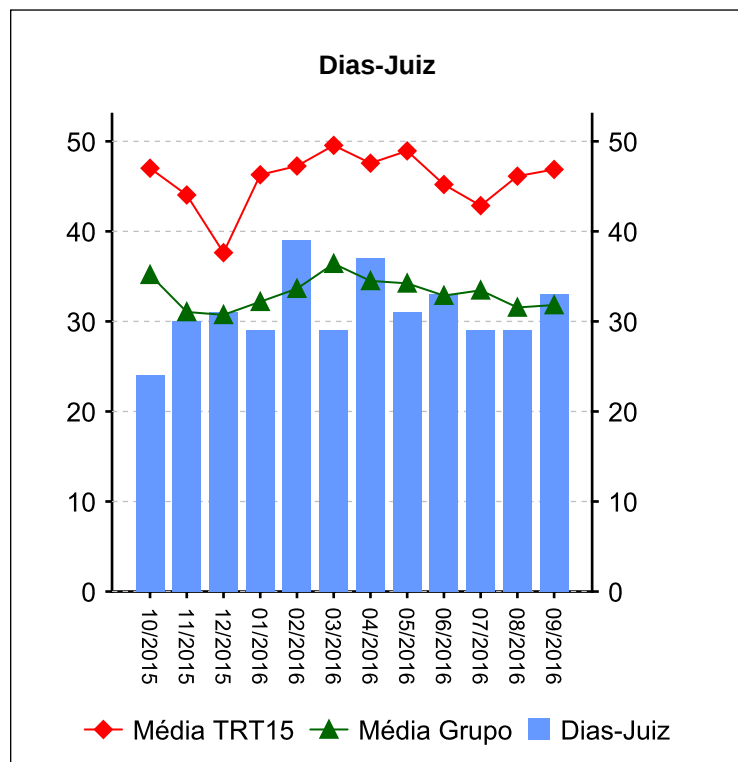
10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS [10/2015 a 09/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
10/2015	14	1	43	15	52	125
11/2015	41	5	102	28	61	237
12/2015	65	13	23	26	25	152
01/2016	2	0	12	9	13	36
02/2016	13	8	27	31	52	131
03/2016	40	7	40	45	71	203
04/2016	5	11	54	85	41	196
05/2016	7	8	80	61	92	248
06/2016	7	2	91	61	59	220
07/2016	11	21	59	45	50	186
08/2016	6	1	79	49	71	206
09/2016	9	31	97	51	66	254
Total	220	108	707	506	653	2194



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
10/2015	24
11/2015	30
12/2015	31
01/2016	29
02/2016	39
03/2016	29
04/2016	37
05/2016	31
06/2016	33
07/2016	29
08/2016	29
09/2016	33
Média Mensal	31,2



11 - METAS NACIONAIS [01/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos de Solucionados	Grau de Cumprimento
1227	1281	0	102	107	100 %

Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013

Processos distribuídos até 31/12/2013	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
760	684	722	0	107	20	19 %	100 %

Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2015 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
530	1022	0	44	85	100 %



11 - METAS NACIONAIS [01/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012

Processos pendentes em 31/12/2012	Processos solucionados a partir de 01/01/2013	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
2	1	1	0	100 %

Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 1% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2015	Meta	Grau de Cumprimento
236	230	234	100,0 %



12 - ARRECADAÇÃO [10/2015 a 09/2016]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 66.543,55	R\$ 213,46	R\$ 0,00	R\$ 191.842,32



13 – ACERVO DA UNIDADE:

13.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

	PJe*		SAP**
Data de corte:	06/09/2016	Data de corte:	06/09/2016
Saldo:	183	Saldo:	06
Total:		189	

*Consulta realizada no dia 17/10/2016, entre 11h e 14h30.

**Consulta realizada no dia 17/10/2016, às 14h35.

13.2 – MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS *(informação da Unidade em 06/10/2016):*

- A)** Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G): **não há**
- B)** Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (SAP1G): **não há**
- C)** Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (PJ-e): **não há**

14 – INFORMAÇÕES SOBRE PLANO DE AÇÃO:

Não há plano de ação na Unidade por não haver saldo expressivo de processos sem tramitação há mais de 30 dias, como registrado no item anterior. Além disso, o Mapeamento Global de Desempenho (MGD), com dados apurados até 30/09/2016, demonstrou que a Vara do Trabalho de Jales tem índice geral 0,49, o que, por si só, demonstra o empenho dos gestores na condução dos processos judiciais e de trabalho, motivo pelo qual são consignados elogios.

De toda a forma, anteriormente à correição, foi realizada reunião virtual com ao menos um dos membros do trio gerencial da Unidade para esclarecer e orientar sobre a elaboração do plano de ação. O objetivo é, com base no método 5W2H e análise do ciclo PDCA, desenvolver competências na equipe quanto à gestão de processos.



15 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, verificou-se que o Juízo:

15.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos n.ºs. 0010080-13.2015.5.15.0080, 0010342-60.2015.5.15.0080 e 0010247-93.2016.5.15.0080;

15.2 – faz uso dos sistemas BACENJUD (em consulta em 17/10/2016, verificou-se a existência de 658 protocolos nos últimos 12 meses, com apenas 01 pendência em razão de falha técnica no ano de 2007), INFOJUD e demais convênios; eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata;

15.3 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento;

15.4 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 15 dias para que indique(m) bens da sociedade ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora (incidente de desconsideração da personalidade jurídica, conforme artigos 133 a 137 do CPC);

15.5 – realiza audiências em 04 dias da semana, segundo consulta ao PJe no período de 17/10/2016 a 31/10/2017;

15.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 108 audiências no período de 10/2015 a 09/2016;

15.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC. Quanto ao SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, não há informação de cadastro da Magistrada.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e



10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

16 – PRODUTIVIDADE DA VARA

16.1 – PROCESSOS SOLUCIONADOS

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho.

Observa-se que a Unidade apresenta índice de 0,76 nos processos pendentes de solução. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a Vara do Trabalho de Jales apresenta 76% do maior saldo de processos pendentes.

Por outro lado, conforme item 10 da presente Ata, a Unidade manteve-se abaixo da média do grupo para a quantidade de “Dias-Juiz” nos últimos meses (média de 31,2 dias-juiz em Jales e 33,1 em média no grupo) e, ainda assim, a quantidade de processos solucionados com exame de mérito (média mensal de 99,3) esteve acima da média de referido grupo (95,5).

Destaca-se, ainda que a Vara cumpriu todas as metas nacionais, conforme demonstra o Item 11 da ata, motivo pelo qual o Exmo. Desembargador Vice-Corregedor consigna elogios à MMa. Juíza Titular pela busca da célere prestação jurisdicional.

16.2 – AUDIÊNCIAS

Em consulta ao PJE realizada em 17/10/2016, às 11h50, foi verificado que há audiências agendadas com regularidade até:



TIPO	DATA	QUANTIDADE DE AÇÕES AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA
INICIAL	01/12/2016	0
UNA	11/10/2017	0
INSTRUÇÃO	18/10/2017	0

São realizadas audiências de 2ª a 5ª feira, com média diária de 07 iniciais, 05 unas, 03 instruções e 3 tentativas de conciliação. Registra-se que as audiências dos feitos submetidos ao rito sumaríssimo estão sendo designadas para até **16/11/2016**.

Observando o gráfico no Item 10, verifica-se que a Unidade tem alta produtividade de audiências, consideradas as unas e de instrução (média mensal de 96,6) se comparada com a média do grupo em que se insere (90,3), apesar de ter contado com menor disponibilidade de magistrados que a média de referido grupo, conforme se registrou no item anterior.

Registra-se que, para reduzir o prazo das audiências de instrução e unas do rito ordinário, serão realizadas audiências de conciliação nos feitos que aguardam a instrução e também nos processos distribuídos e submetidos ao rito ordinário. Essas providências demonstram a preocupação da Magistrada com o longo prazo dessas audiências, o que compromete a celeridade processual. Por essa razão, assim como por não haver acúmulo de processos aguardando designação de audiências, novamente o Exmo. Desembargador Vice-Corregedor Regional consigna seus elogios à MMa. Juíza Titular pelos resultados já alcançados.

17 – HASTA PÚBLICA – SISTEMA EXE15

Consultado o sistema informatizado EXE15, verificou-se que a Unidade enviou bens ou processos às hastas unificadas n.ºs. 06, 09 e 10 de 2015, assim como às de n.ºs 01, 02, 06, 08, 10 e 12 de 2016.

18 – RECOMENDAÇÃO:

18.1 – Recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR n.º 07/2012, que, quando a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas estiver sob a responsabilidade dos assistentes de juiz, a ordem judicial nelas contida seja cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que



minutar o despacho ou a decisão dê imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários;

18.2 – Recomenda-se ainda que seja observada a Recomendação GP-CR nº 01/2104, a qual orienta os MM.s Juízes da 15ª Região para que se abstenham de designar audiência, quando for parte a União, o Estado, os Municípios, as autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, seja qual for a matéria debatida nos autos.

19 – DETERMINAÇÕES:

19.1 – Encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para a respectiva unidade da Procuradoria Geral Federal, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011;

19.2 – dar prioridade à utilização do malote digital, correio eletrônico, canal Diretor e o mensageiro instantâneo PSI, em detrimento do uso de telefone para fins de redução dos gastos com telefonia e papel;

19.3 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas, que repercutem em considerável parcela de jurisdicionados e versem sobre trabalho infantil e escravo, respectivamente;

19.4 – observar a Portaria CR nº 11/2014 (regulamenta os procedimentos para acompanhamento do prazo para prolação da sentença);

19.5 – cumprir integralmente o Provimento GP-CR nº 05/2015, o Provimento GP-CR nº 03/2014 (Alterado pelo Provimento GP-CR nº 04/2015), o Ato GP-CR Nº 05/2015, a Ordem de Serviço nº 01/2015 e a Ordem de Serviço nº 03/2015, especialmente: **a)** o item IV da Ordem de Serviço nº 01/2015 (INFOJUD, RENAJUD, ARISP, **CCS e o Simba**), que estabelece: **“IV** - A atuação do GIE - Grupo Interno de Execução das Varas (art. 2º, IX, Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012) deve ser planejada em estrita consonância com o trabalho dos Oficiais de Justiça, cabendo a estes a realização da pesquisa básica de bens dos devedores indicados no Mandado, utilizando as ferramentas eletrônicas Infojud, Renajud, Arisp, Bacenjud etc. Os GIEs são responsáveis, especialmente, pela pesquisa prévia de dados de devedores no sistema



EXE15, análise atenta das certidões dos oficiais de justiça, elaboração de minutas que visem declarar nulidades de transferências patrimoniais e inclusão de devedores no polo passivo da execução, identificados por meio das pesquisas com o CCS e o Simba”;
b) item V da Ordem de Serviço nº 01/2015 (CENIB), que estabelece: “**V** - A inclusão dos devedores na Central de Indisponibilidade – CENIB, e a gestão das informações serão realizadas pela Secretaria, após a constatação pelo Grupo Interno de Execução de que a certidão do Oficial de Justiça aponta o devedor como insolvente”;

19.6 – proceder à regular habilitação do GIE e dos Oficiais de Justiça para a utilização do convênio INFOSEG, se necessário for.

20 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

O Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor Regional, acompanhado da MMª Juíza do Trabalho Titular da Vara do Trabalho de Jales Drª Sandra Maria Zironi e do Diretor de Secretaria Sr. Norton Luiz Bechtluft, atenderam, no Gabinete da Vara local, o Exmo. Prefeito e Vice-Prefeito de Jales eleitos na última eleição Municipal, respectivamente Senhores Flávio Prandi Franco e José Devanir Rodrigues.

21 – CONSTATAÇÕES:

Foram realizadas reuniões com os servidores das equipes de conhecimento, liquidação e execução, e com o Sr. Diretor da Unidade, abordando os seguintes temas: tramitação efetiva (não fragmentação de atos); gestão da Unidade a partir de processos e não petições; gestão compartilhada da Unidade com colaboração dos orientadores de equipes; pauta inteligente; pré-análise da regularidade dos processos em pauta para evitar a redesignação de audiências; triagem das petições iniciais; procedimento concentrado das perícias – delegar ao perito a gestão das manifestações sobre o laudo; lançamento da ocorrência PAN e encaminhamento do processo para prolação de sentença; audiência de mediação; JURISCALC; homologação otimizada dos cálculos; gestão customizada dos processos em liquidação, considerando as características das empresas executadas; migração de processos físicos para PJe; reunião de execuções; sistema EXE15; *iter* procedimental dos oficiais de justiça na fase de execução; detalhamento dos procedimentos a serem utilizados pelo GIE e esclarecimentos sobre o MGD.



Em relação à gestão de processos de trabalho, ressalta-se que a Unidade deve abster-se de manter livros de recibos de petições e outros expedientes. O controle deverá ser realizado exclusivamente por arquivos eletrônicos, restando dispensados controles impressos, especialmente em razão da necessária economia de investimento em papel devido à restrição orçamentária.

Da mesma forma, resta dispensado o protocolo de documentos de terceiros que não impliquem em acompanhamento de prazo legal, como é o caso das respostas de instituições financeiras acerca de bloqueios ou desbloqueios efetivados. Esses documentos podem diretamente serem incluídos nos autos, sendo desnecessário comprovar o dia em que foram trazidos à Justiça, em razão do seu caráter meramente informativo.

Sobre a fragmentação das atividades e possível gestão por petição, não por processo, a Corregedoria, após estudar as orientações do CNJ e catalizar boas práticas na primeira instância, concluiu que a melhor forma de executar as tarefas diárias das Varas seria por meio da análise dos processos, independentemente do impulso das partes, a partir do planejamento das atividades.

No que se refere à fase de conhecimento, sugere-se, pelas dificuldades que se impõem neste momento à Justiça do Trabalho, seja com escasso número de servidores, especialmente oficiais de justiça, seja com restrições orçamentárias, torna-se necessário que o Juízo analise a viabilidade de aplicar o disposto no Art. 825 da CLT: *“As testemunhas comparecerão a audiência independentemente de notificação ou intimação”*. O não comparecimento espontâneo, levará à intimação, conforme também está previsto na CLT: *“Parágrafo único – As que não comparecerem serão intimadas, ex officio ou a requerimento da parte, ficando sujeitas a condução coercitiva, além das penalidades do art. 730, caso, sem motivo justificado, não atendam à intimação”*.

Sugere-se que, neste caso, em audiência, seja emitida a referida intimação e a mesma entregue ao advogado da parte interessada para que envie às testemunhas faltantes. Na impossibilidade, inicialmente, deverá a Unidade utilizar a intimação simples, via postal. Somente no insucesso desta, deverá valer-se da força de trabalho dos oficiais de Justiça.

Em relação à migração para o processo eletrônico, orienta-se para que, ao transitarem em julgado os feitos em tramitação física, a equipe de conhecimento execute os procedimentos necessários para a migração, conforme modelagem sobre o fluxo do processo de trabalho na primeira instância. Aos assistentes de cálculo caberá



a migração daqueles processos em que minutarem a sentença homologatória dos cálculos, conforme Provimento GP VPJ CR 05/2012.

Considerando os relatos e os esclarecimentos obtidos nas reuniões, a Corregedoria orienta para que haja cautela com as notificações devolvidas, devendo ser preenchida a vaga da pauta com outro processo e, posteriormente, deve ser buscada a melhor solução, evitando-se o cumprimento por Oficiais de Justiça, a fim de que estes possam dedicar o tempo precioso na busca de bens para satisfazer a execução; **c)** A Corregedoria esclarece que, para a liquidação, há 3 procedimentos, os quais devem ser utilizados de forma customizada. São eles: a) intimação das partes para apresentarem cálculos em audiência de conciliação, sendo a reclamada intimada para efetuar o depósito do valor que entende devido. Não havendo êxito na conciliação e havendo possibilidade, homologam-se os cálculos e a reclamada sai citada para pagamento, sob pena de execução; b) intimação da reclamada para apresentar cálculos e efetuar o depósito do valor que entende devido, o qual é liberado ao reclamante, que é intimado para se manifestar sobre os cálculos. No silêncio, os mesmos serão homologados e o processo arquivado, se em termos e c) em havendo divergência séria quanto aos cálculos das partes ou nos casos de cálculos complexos, determina-se a realização de perícia contábil.

A Corregedoria reuniu-se com o Sr. Diretor de Secretaria e sua Assistente, oportunidade em que foram relatados os resultados obtidos durante a correição, assim como os fatos identificados ao longo dos encontros ocorridos com as equipes. Verificou-se que a Unidade adota boas práticas, tais como o compartilhamento de e-mails, o controle de perícias e gestão da pauta, inclusive, realizando a pesquisa de endereços válidos. Constatou-se que há integração entre os servidores, o que propicia um ambiente de trabalho saudável, contribuindo sobremaneira para qualidade de vida de seus integrantes.

Registra-se que foram unânimes os relatos de lentidão e travamentos diários no sistema PJ-e, comprometendo a produtividade da Unidade.

Registra-se, ainda, que a Assistente de Direção ministrou aulas para todos os servidores, com o objetivo de aperfeiçoar o desempenho no cumprimento das tarefas no Pj-e, bem como que há forte investimento na realização de audiências conduzidas pela mediadora e supervisionadas pela MMA Juíza titular, com excelentes resultados. O Exmo. Vice-Corregedor Regional consigna seus elogios pelas práticas adotadas.



22 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

22.1 – A MMa. Juíza Titular está autorizada a residir fora da jurisdição da Unidade (processo nº 0000101-64.2016.5.15.0897);

22.2 – Foi informado pelo Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foi expedido ofício à OAB local;

22.3 – O Exmo. Desembargador Vice-corregedor conversou reservadamente com a Magistrada sobre eventual atraso na prolação de sentenças;

22.4 – Registra-se elogio à Unidade pelo atendimento das Metas Nacionais no ano de 2015, como se verifica no Item 11.

23 – ENCERRAMENTO:

No dia 25 de outubro de 2016, às 17 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor Regional e publicada na Imprensa Oficial.

MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA
Desembargador Vice-Corregedor Regional